

## Licenciatura Indígena tem início em 2010

Um projeto da UFMS que será realizado no câmpus de Aquidauana, região de grande concentração de povos indígenas, tem como objetivo promover a licenciatura intercultural indígena a professores das etnias Atikum, Guató, Kamba, Kinikinau, Kadiwéu, Ofaié e Terena. Essas etnias compõem os chamados Povos do Pantanal, que, segundo a professora Claudete Cameschi, uma das idealizadoras do projeto, constitui um dos etnoterritórios do Estado.

Para o professor Antônio Hilário Aguilera Urquiza, doutor em Antropologia, as três etnias predominantes em Mato Grosso do Sul são os Guarani, Terena e Kadiwéu, tendo cada uma características peculiares. Atualmente o Estado tem a segunda maior população



Reunião para apresentação da Licenciatura Indígena na aldeia São João Kinikinau

indígena do País.

A importância de uma formação específica para o professor tem base na diferença cultural. “A nossa relação sempre foi de dominação, negação da cultura deles, desrespeito à autonomia e cultura própria. Hoje, a escola indígena é específica, bilíngue, e com processos próprios de aprendizagem”, afirma Hilário.

A licenciatura, segundo a professora Cameschi, atende os anseios da comunidade local. “O câmpus de Aquidauana vem formando muitos indígenas em seus cursos regulares de licenciatura e bacharelado, entretanto, a demanda por professores ainda é grande para atender as escolas das aldeias das etnias que formam os Povos do Pantanal”.

**Pág. 3**

## Inaugurado prédio da Educação a Distância

A Coordenadoria de Educação a Distância (EAD) da UFMS está funcionando em novas instalações. A cerimônia de inauguração do prédio, que fica próximo à Gerência de Recursos Humanos da Universidade, foi realizada no dia 23 de julho e contou com a presença da Coordenadora-geral de Supervisão e Fomento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), professora Grace Tavares Vieira.

Para a coordenadora a importância da educa-

ção a distância está na formação continuada de professores no País. “Estamos fazendo um grande esforço para melhorar a educação”.

Na Universidade a EAD teve início com o Grupo de Apoio ao Ensino de Ciências e Matemática no 1º Grau (GAECIM). Em 2000 a Instituição passou a integrar o consórcio da Universidade Virtual Pública do Brasil (UNIREDE) e em 2006, o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Hoje a estrutura atende cerca de seis mil alunos e oferece cursos de graduação,

formação continuada e pós-graduação em 20 municípios de três estados brasileiros: Mato Grosso do Sul, Paraná e São Paulo.

Para a chefe da Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância, professora Ângela Maria Zanon, a importância de uma estrutura como essa é a inclusão digital, social e geográfica. “Há pessoas que não teriam acesso à educação superior se não fosse a educação a distância das universidades públicas”.

**Pág. 4**

## Solenidade comemora 40 anos do câmpus de Aquidauana



Cerimônia de inauguração do prédio do CPA - Centro Pedagógico de Aquidauana

No dia 13 de agosto o câmpus de Aquidauana comemora 40 anos de implantação. Sua história teve início em 1970, quando, por iniciativa de um vereador apoiado pela comunidade, foi viabilizada a criação do “Centro Pedagógico de Aquidauana”. Ainda unidade da Universidade Estadual de Mato Grosso, o câmpus oferecia apenas um curso: Estudos Sociais.

De acordo com o atual diretor, professor Firmino de Oliveira Neto, quando foi criado o câmpus existiam poucos cursos de nível médio na

região. “Hoje atendemos diretamente seis municípios com ônibus vindo todos os dias para o câmpus e temos vários projetos de pesquisa relacionados aos estudos indígenas e às questões ambientais”.

Atualmente o câmpus atende aproximadamente 1500 alunos e estão em funcionamento 11 cursos. São eles Geografia, Administração, Biologia, Pedagogia, Turismo, licenciaturas de Geografia, História, Matemática e Letras com três habilitações.

**Pág. 3**

**De 6 a 15 de agosto o Festival Nacional de Teatro de Campo Grande (FESTCAMP) levou cultura aos palcos e praças da cidade.**

**Na próxima edição o Jornal da UFMS trará matéria sobre o evento que teve apresentações no Teatro Glauce Rocha.**





# Câmpus de Aquidauana completa 40 anos

No dia 13 de agosto de 2010 o câmpus de Aquidauana da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) comemora 40 anos de implantação. A programação contou com festividades e inaugurações de laboratório para ensino, pesquisa e extensão.

O atual diretor do câmpus, professor Firmino de Oliveira Neto é quem faz a viagem no tempo para lembrar o início de tudo. “Foi em 1970, o vereador Plínio de Arruda Leite enviou um requerimento à câmara solicitando a faculdade de filosofia em Aquidauana. Houve uma intensa mobilização entre as autoridades locais e a comunidade para que o Estado pudesse viabilizar a faculdade e no dia 13 de agosto de 1970 o governo do Estado do Mato Grosso lançou um decreto criando o Centro Pedagógico de Aquidauana”. Na época o câmpus era uma unidade da Universidade Estadual de Mato Grosso e começou com apenas um curso, Estudos Sociais. “Com o passar do tempo o Centro de desenvolveu, passou a ser um câmpus da UFMS e hoje temos 11 cursos”.

Atualmente aproximadamente 1500 acadêmicos são atendidos pela UFMS em Aquidauana e estão distribuídos nos cursos de Geografia, Administração, Biologia, Pedagogia, Turismo, licenciaturas de Geografia, História, Matemática e



Primeiro reitor da UFMS João Pereira da Rosa

Letras com três habilitações. O quadro administrativo é composto por 65 professores e 30 técnicos administrativos.

“Historicamente esse câmpus tem uma importância fundamental. Quando foi criado existiam poucos cursos de nível médio na região. Hoje atendemos diretamente seis municípios com ônibus vindo todos os dias para o câmpus, temos vários projetos de pesquisa relacionados aos estudos indígenas e às questões ambientais”, afirma o diretor.

## Comemoração

No dia 11 de agosto a comemoração teve início com a inauguração do Laboratório Base de Pesquisas da Diversidade Etnocultural. Na ocasião foi lançado o livro “Povos Indígenas: Mitos, Educação Escolar e Realidade Histórico-cultural”, organizado por Andréa Marques Rosa, Claudete Cameschi de Souza e Denise Silva.

“Na solenidade de comemoração homenageamos ex-diretores, professores fundadores e alunos das primeiras turmas. O câmpus tem se destacado e contribuído para o desenvolvimento e fortalecimento do ensino, da pesquisa e da extensão em nível regional”, afirma a Reitora professora Célia Maria de Oliveira.

## Formação diferenciada atenderá populações indígenas

O projeto de Licenciatura Intercultural Indígena “Povos do Pantanal”, ação desenvolvida desde 2008 pelo câmpus de Aquidauana da UFMS, terá início em 2010. A licenciatura foi aprovada pelo Programa de Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (PROLIND) do Ministério da Educação (MEC) em 2009 e atualmente aguarda autorização para a realização do vestibular.

O PROLIND é um programa de apoio à formação superior de professores voltado aos docentes que atuam em escolas indígenas de educação básica. De acordo com o professor do curso de Ciências Sociais da UFMS e doutor em Antropologia, Antônio Hilário Aguilera Urquiza, os indígenas precisam de uma formação distinta, porque eles têm uma cultura diferente. “Durante 500 anos não vimos isso. A nossa relação sempre foi de dominação, negação da cultura deles, desrespeito à autonomia e cultura própria. Hoje, a escola indígena é específica, bilíngüe, e com processos próprios de aprendizagem”.

Ainda segundo o professor “até o 5º ano do Ensino Fundamental, 99% dos professores são indígenas. Na outra metade do Ensino Fundamental, 50% dos professores são indígenas. No Ensino Médio, prevalece os professores não-indios”. Dados do MEC apontam que atualmente são cerca de 3 mil professores indígenas em cursos superiores de licenciatura intercultural e mais 7 mil aguardando vagas de ingresso.

### Indígenas no Estado

Segundo a professora Claudete Cameschi, responsável pela Licenciatura na UFMS, o câmpus de Aquidauana vem formando muitos indígenas em seus cursos regulares de licenciatura e bacharelado, entretanto, a demanda por professores ainda é grande para atender as escolas das aldeias das etnias que formam os Povos do Pantanal. “O Estado possui dois etnoteritórios, o CONESUL, que engloba os indígenas da Região da Grande Dourados e os Povos do Pantanal que concentra as sete etnias da Região de Aquidauana: Atikum, Guató, Kamba, Kinikinau, Kadiwéu, Ofaié e Terena”, explica a professora.

Mato Grosso do Sul é o segundo estado com maior população indígena do Brasil. De acordo com o professor Hilário, que estuda os indígenas há pelo menos 10 anos, as três maiores etnias são os Guarani, Terena e Kadiwéu. “O Estado tem cerca de 34 a 40 mil Guarani e eles só sofreram contato após a Guerra do Paraguai”, comenta o professor. A

etnia é da região de Dourados e Rio Brilhante e é caracterizada como um “povo de mata ciliar”. “Eles formam um povo esparramado, não possuem aquele conceito de aldeia, apesar de muito religiosos e místicos”.

Os Terena migraram do norte da América do Sul e há 400 anos estavam na outra margem do Rio Paraguai. “Posteriormente vieram para o lado onde há a fronteira com MS. É um povo agricultor, ambientado à região do chaco, produzem arroz, milho e mandioca”. O professor afirma que os Kadiwéu possuem a maior terra indígena fora da Amazônia Legal, com 550 mil hectares, em Porto Murtinho. “Eles vêm dos guaicurus, povo guerreiro e são os únicos que não têm problemas de terra”.

Ainda segundo Hilário, hoje todas as aldeias do Estado já têm ensino médio e “a maioria 12 escolas já inauguradas conta com estrutura dentro da realidade indígena”.

### Formação diferenciada

“A licenciatura da UFMS tem fundamentos legais, teóricos e metodológicos que incluem as proposições das lideranças indígenas, gestores e professores das escolas indígenas, além, claro, da voz das comunidades indígenas das etnias que constituem os Povos do Pantanal”, afirma a professora Claudete.

O projeto prevê a formação de professores das etnias Atikum, Guató, Kamba, Kinikinau, Kadiwéu, Ofaié e Terena para as séries finais do ensino fundamental e ensino médio, sendo ao todo 120 vagas. São previstos três semestres de formação geral para todos os acadêmicos e cinco semestres de formação específica em quatro grandes eixos, conforme opção e interesse do aluno: Linguagens e Educação Intercultural, Matemática e Educação Intercultural, Ciências Sociais e Educação Intercultural e Ciências da Natureza e Educação Intercultural.

“É uma licenciatura intercultural e que, portanto, trabalhará, de forma equilibrada, os conhecimentos universais e os conhecimentos tradicionais indígenas. Há a presença de professores indígenas e não índios no desenvolvimento das disciplinas em todo o curso e as ementas de cada um dos eixos específicos serão construídas no decorrer dos três primeiros semestres, em conjunto com os acadêmicos indígenas”, explica Cameschi.

O professor Hilário participou da elaboração do projeto da licenciatura e reitera que é necessário um diálogo intercultural entre escola e etnia. “A escola tem de se adequar a cada etnia, a cada aldeia. Um exemplo disso são os Guarani. Até o segundo ano só se fala em guarani na sala de aula. Todo o processo de alfabetização é feito na língua materna”. Para ele a prática proporciona uma revalorização da língua materna em diálogo com a nossa cultura. “Antes, era dada/ensinada só a nossa cultura, agora, temos um diálogo, apesar de predominar nas escolas os saberes não-indígenas. Hoje, a escola é uma ferramenta para reforçar a identidade indígena”.



Escrita em terena do projeto de licenciatura

## Inaugurada em Campo Grande rede de alta velocidade

Novidade liga instituições de ensino e pesquisa e visa facilitar colaboração científica

No dia 28 de julho de 2010 o Projeto Redes Comunitárias de Educação e Pesquisa (Redecomep) do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) inaugurou em Campo Grande uma rede de fibras ópticas voltada para as instituições de ensino e pesquisa. O projeto é coordenado pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e tem como objetivo a implantação de redes metropolitanas comunitárias nas 27 cidades que abrigam pontos de presença (PoPs) do backbone da RNP, realizando assim uma cobertura nacional.

Iniciado em 2005 o projeto contabiliza atualmente 290 instituições interligadas em 19 cidades. O valor estimado de investimentos em fibra óptica e em equipamentos até o momento é de R\$ 23 milhões. Todas as redes metropolitanas serão interligadas à rede Ipê, que conecta cerca de 600 Instituições de Ensino Superior (IES) e centros de pesquisa em todo o País e atende hoje mais de um milhão de usuários.

O professor Ronaldo também cita como funcionalidades da rede: possibilidade de reuniões virtuais via videoconferência com uso de vídeo de alta resolução; interligações entre escolas, possibilitando aulas remotas e interações em tempo real entre professores e alunos de diferentes escolas; interligação de postos de saúde e hospitais de referência para implantação de projetos de telemedicina; monitoramento por vídeo de regiões da cidade coberta pela rede para melhoria da segurança; infraestrutura básica para interligação de central de monitoramento de condições de tráfego das vias centrais da cidade; desenvolvimento e execução de aplicações de alto desempenho entre as instituições de pesquisa; interligação de pontos de acesso de rede sem fio pública para promover a inclusão digital e compartilhamento de conexões de Internet entre os consorciados.

De acordo com o médico-veterinário e pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Pedro



Nelson Simões explica que o projeto hoje interliga 290 instituições em 19 cidades do País

### Local

Em Mato Grosso do Sul a responsável pelo desenvolvimento do projeto é a UFMS e o coordenador é o professor Ronaldo Alves Ferreira da Faculdade de Computação (FACOM). A Rede Metropolitana de Campo Grande teve um investimento de 1 milhão de reais e tem 49,5 quilômetros de extensão. A iniciativa contou com a parceria da Empresa Energética de Mato Grosso do Sul para a passagem dos cabos ópticos pelos postes da empresa.

O coordenador explica que “antes da instalação da nova rede as instituições dependiam exclusivamente das operadoras de telecomunicações para acesso à Internet e para troca de informações entre elas. Com a implantação da rede, as instituições de ensino e pesquisa irão se conectar diretamente, via fibra ótica, e todas compartilharão uma conexão de Internet de alta velocidade provida pela RNP. A previsão é que até o final deste ano a velocidade da conexão de Internet da UFMS passe de 155Mbps para 6Gbps”.

O diretor-geral da RNP, Nelson Simões, acredita que, além de atender a políticas públicas, a rede também oferece infraestrutura para as instituições participantes. “Estamos implantando estrutura para o ensino e pesquisa de forma consorciada em 11 instituições. Essa infraestrutura possibilita o uso de aplicativos avançados. Com uma Internet avançada, a educação a distância, por exemplo, pode usar novos aplicativos para formação de professores e a troca de programação entre emissoras de tevê universitárias também se torna possível”.

Paulo Pires, “atualmente não se pode pensar em pesquisa, troca de informações, sem uma estrutura que permita velocidade e capacidade. Temos que ter o melhor e assim poderemos acompanhar a tecnologia mundial”.

### Participantes

O coordenador do projeto em Campo Grande destaca que um aspecto muito importante desta iniciativa foi a colaboração entre as instituições do Estado. “O projeto mostrou que é possível que haja colaboração local para se promover melhorias no ensino, na pesquisa e também nos serviços públicos oferecidos aos cidadãos”.

Além da UFMS as instituições que compõem a rede são o 6º Centro de Telemática de Área-Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército; a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer II); o Colégio Militar de Campo Grande; a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); o Hospital Regional de Mato Grosso do Sul - Rosa Pedrossian; a Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (Iagro); o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS); o Instituto Municipal de Tecnologia de Informação (IMTI); o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro); e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia (Semac).

As instituições parceiras são o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, a Prefeitura Municipal de Campo Grande e a Empresa Energética de Mato Grosso do Sul (Enersul).

# Educação a distância funciona em novas instalações

Foi inaugurado no dia 23 de julho o novo prédio para as instalações da Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância (EAD) da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). A estrutura foi construída com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Ministério da Educação (MEC).

Presente à cerimônia de inauguração, a Coordenadora-geral de Supervisão e Fomento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), professora Grace Tavares Vieira, comentou que apenas por meio da educação a distância é possível atender à demanda da formação continuada de professores no Brasil. “Estamos fazendo um esforço grande para melhorar a educação”.

O Vice-reitor da UFMS, professor João Ricardo Filgueiras Tognini, afirmou que a EAD na instituição representa uma quebra de paradigma educacional. “Essa é uma bandeira que a UFMS vem levantando há cerca de dez anos e já colhe muitos frutos desta luta”.

Segundo a chefe da Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância, professora Doutora Ângela Maria Zanon, a inclusão digital, social e geográfica é função e missão da EAD. “Aqui, estamos conseguindo fazer isso com qualidade. Há pessoas que não teriam acesso à educação superior se não fosse a educação a distância das universidades públicas”.

## Infraestrutura

Atualmente a EAD atende a cerca de seis mil alunos, está presente em 20 municípios de três estados brasileiros e conta com 27 cursos. Destes, cinco são de graduação, cinco de pós-graduação e 17 de extensão.

A educação a distância teve seu início na UFMS com o Grupo de Apoio ao Ensino de Ciências e Matemática no 1º

Grau (GAECIM), constituído por professores dos departamentos de Ciências Humanas, Educação, Matemática, Física e Química e logo depois, o departamento de Biologia incorporou-se ao GAECIM.

A partir de 2000, a UFMS passou a compor o consórcio da Universidade Virtual Pública do Brasil (UNIREDE), um consórcio interuniversitário criado em dezembro de 1999, que reuniu 82 instituições públicas de ensino superior e 7 consórcios regionais. O objetivo principal foi de democratizar o acesso à educação de qualidade por meio da oferta de cursos à distância nos níveis de graduação, pós-graduação e extensão,

sob a forma de ensino regular gratuito e educação continuada.

Em 2006 a UFMS integrou-se ao Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e atualmente possui parceria para oferecimento de cursos de Graduação, formação continuada e pós-graduação, nos municípios de: Água Clara, Bataguassu, Camapuã, Campo Grande, Chapadão do Sul, Costa Rica, Jardim, Miranda, Paranhos, Porto Murtinho, Rio Brillante e São Gabriel do Oeste. A oferta também ocorre em alguns municípios dos Estados do Paraná e São Paulo: Apiaí/SP, Igarapava/SP, Cidade Gaucha/PR, Cruzeiro do Oeste/PR, Nova Londrina/PR, Paranavaí/PR e Siqueira Campos/PR.



Professora Ângela Maria Zanon, chefe da Coordenadoria, destaca que inclusão digital, social e geográfica são missões da EAD

# Estatuto retoma discussão sobre cotas

No dia 20 de julho de 2010 o Presidente Luís Inácio Lula da Silva retomou a discussão sobre cotas para negros nas instituições públicas quando sancionou o projeto de lei que cria o Estatuto da Igualdade Racial. O objetivo do documento é promover políticas públicas de igualdade de oportunidades e de combate à discriminação, mas o que chamou a atenção foi a supressão pelo presidente da comissão e relator da matéria, Senador Demóstenes Torres (DEM-GO), do capítulo que assegurava cotas para negros nas universidades públicas.

A política de cotas, segundo a professora Carina Elisabeth Maciel, é uma ação afirmativa de superação de desigualdades. “Ela tem como objetivo reverter um benefício para um grupo de pessoas que foi discriminado. Dados do IBGE apontam que aproximadamente 60% da população do País é de negros ou pardos, mas no ensino superior essa porcentagem cai para 20%. Houve um tempo também em que era proibido aos negros frequentar uma instituição de educação superior. A idéia é que a política de cotas seja uma política temporária, que vigore apenas até que seja superada a desigualdade”. A coordenadora do curso de Pedagogia à distância na Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), conta que antes de iniciar sua pesquisa sobre o tema acreditava ser contra a política. “Me dei conta de que não sabia muito sobre o assunto, e, ao conhecer melhor as desigualdades sociais, as estatísticas, mudei de opinião”. A pesquisa resultou no artigo “Mitos e controvérsias sobre a política de cotas para negros na educação superior”, assinado também pela coordenadora do programa de pós-graduação mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), professora Mariluce Bittar.

O economista e doutor em Antropologia George de Cerqueira Leite Zarur acredita que a dificuldade em discutir a temática surge da recusa ao debate por parte dos setores radicais. Para ele a idéia da reparação de direitos se torna uma causa sagrada e por isso, ao invés do debate racional, tenta-se desqualificar o argumento irracionalmente a partir do apelo emocional. “É um viés antidemocrático, pois nas democracias os argumentos devem ser pesados e contraditados com outros argumentos melhores. Quando o assunto 'cotas' é colocado em pauta, o que se ouve são insultos e slogans do tipo 'elite branca', etc. O discurso da 'raça' e o fascismo sempre foram associados, pois a irracionalidade é a premissa comum a ambos”.

Zarur é contra a política, pois acredita que as cotas prejudicam a universidade, a produção científica, o progresso da educação básica e têm um efeito negativo na democratização da sociedade. “Sou contra o racismo, a segregação e a discriminação. O sistema de cotas raciais exige a classificação das pessoas por raça e atribui direitos diferentes a diferentes raças. Estudei o conflito racial norte-americano *in loco* e sei do que estou falando. Não há como se classificar as pessoas como “negras” para ter o direito a cotas, sem classificá-las racialmente, a partir de uma aproximação ao critério norte-americano”.

Maciel acredita que no caso das cotas, “fazer uma discriminação positiva, com a autoafirmação, para garantir benefícios, não é propriamente racismo. A diferença de cor interfere na seleção para um emprego, por exemplo, e essa condição, de um pai que tem salário inferior aos demais, passa para seus filhos, pois conseqüentemente ele investe menos em sua educação”.

## Preconceito

Para a professora Carina, falar que não existe preconceito

na sociedade brasileira é utopia. “São pequenos detalhes, que muitas vezes passam despercebidos. Por exemplo, fui com uma professora que é negra ao shopping uma vez, entramos na loja e fomos cada uma para um lado. Duas vendedoras se posicionaram mais próximas a ela e ficaram olhando de lado, cuidando. Já na direção que fui não havia ninguém”. A professora comenta ainda que quando se discute política de cotas para negros o preconceito é mais forte. “As pessoas não conseguem ser imparciais. Quando falamos em cotas para deficientes e indígenas não há tanta discussão, mas para negros sim. Aí paramos para ver a história e a cultura do preconceito, que já está impregnado no pensamento, não de forma proposital, claro”.

Zarur concorda que os negros sofrem com a discriminação, porém, ressalta que é importante qualificar o preconceito. “O Professor Oracy Nogueira em um artigo clássico distinguiu o 'preconceito de raça' norte-americano, do 'preconceito de marca' brasileiro. Lá o que vale é a genealogia, a 'raça'. No Brasil, ao contrário, o que vale é a aparência da pessoa. Aqui não há uma oposição absoluta preto-branco, mas toda uma gradação. É mais um preconceito estético do que propriamente racial. É também, em larga medida, um preconceito social. Os mulatos ricos são classificados como 'brancos' e se autotificam como tal”.

letivo de 2004, 2005 e 2006, abrangendo 1.942, 1.923 e 1.943 estudantes. A Universidade adota o sistema de reserva de vagas para negros há seis anos.

Zarur acredita que as cotas representam a substituição do critério do mérito na universidade por outros. “Tal mudança representa um golpe sério na universidade que se construiu, desde a sua criação na Idade Média, pelas idéias de qualidade e excelência. A substituição desses critérios, exatamente no âmbito das instituições federais, onde é produzida quase toda a ciência e a tecnologia brasileira, corre contra a própria sobrevivência da nação brasileira, em um mundo em que o conhecimento é o maior recurso nacional”. Já para Maciel “o vestibular apenas cobra dos alunos aquele conteúdo da escola, de cursinhos, não se pode afirmar que um aluno é melhor que o outro apenas porque obteve bons resultados em uma prova”.

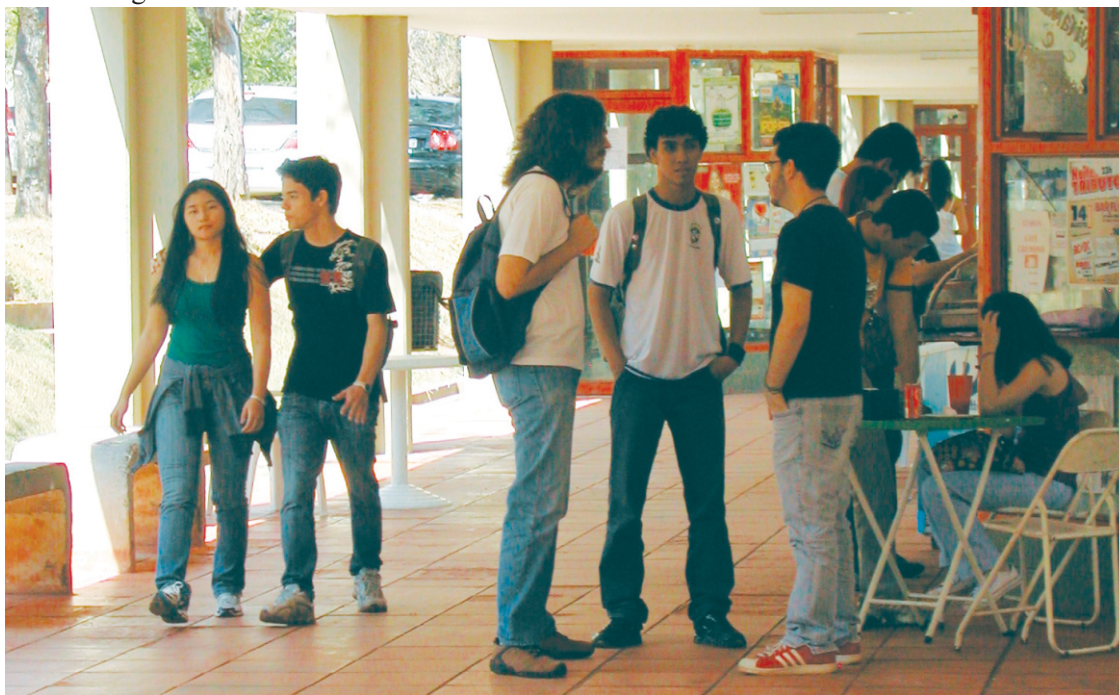
Sobre a desigualdade entre a correspondência entre a população negra na sociedade e no Ensino Superior, Zarur acredita na manipulação dos dados. “A categoria afrodescendente anula as categorias intermediárias e reclassifica todos os pardos como negros. Os morenos descendentes de índios viram 'afrodescendentes'. Os índios são assim excluídos da identidade nacional brasileira. Nas democracias, as pessoas têm todo o direito de escolher suas identidades políticas, religiosas, de gênero e étnicas. Acreditar que uma pessoa já nasce com uma “raça” por imposição biológica é racismo”.

## Alternativas de inserção

Uma política que não levantaria discussões sobre preconceito racial, e que muitas vezes é apontada como alternativa à política para negros, é a de cotas para egressos de escolas públicas. Segundo a professora Carina a política é interessante, mas a divisão não atingiria a porcentagem pretendida com a política para negros, que sofrem com o preconceito. Já Zarur conta que foi contra qualquer tipo de cota, mas hoje acha a política de “cotas sociais” aceitável. “O certo mesmo seria uma boa escola pública que preparasse muito bem a todos para o exame de seleção, sem a necessidade de cotas. Já que as cotas me parecem inevitáveis, vamos aceitar as cotas sociais, sacrificar o mérito na universidade e com isto tentar impedir o pior: que os brasileiros sejam obrigados pelo Estado a se dividir segundo linhas raciais, o que só trouxe desgraça aos países que assim o fizeram”.

Outra alternativa para a política de cotas é a criação de universidades voltadas para afrodescendentes. Na cerimônia do dia 20 de julho, onde foi sancionado o projeto de lei que criou o Estatuto da Igualdade Racial, foi sancionado também o projeto de lei que cria a Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira (Unilab). O objetivo da Universidade será a integração do Brasil com os países da África, especialmente com os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Segundo a Agência Brasil, o presidente afirmou que a Universidade é uma espécie de pagamento de tributos aos povos africanos.

Uma experiência similar que tem como objetivo discutir e promover ações que garantam a inclusão de negros na sociedade por meio da educação, é a da Faculdade Zumbi dos Palmares. Inaugurada em 2003, a instituição foi criada através do Instituto Afro-Brasileiro de Ensino Superior, pela portaria nº 3.591, de 13/12/02, do Ministério da Educação. Segundo o site da Afrobrás, organização não governamental que idealizou a criação da Faculdade Zumbi dos Palmares, “trata-se da primeira faculdade idealizada por negros, tendo como foco a cultura, a produção e a difusão dos valores da cidadania e, em especial, o respeito à diversidade e à equalização de oportunidades sociais”.



Universidade deve discutir adoção do sistema de cotas no Ensino Superior

## Justificativas

Na defesa de uma política de cotas bem estruturada, onde os candidatos não apenas se afirmam negros, mas seus dados como fotos e histórico passam pela avaliação de uma comissão específica para isso, a professora Carina refuta as afirmações comuns de quem é contra a política. “São todas justificativas superficiais. A questão do profissionalismo, por exemplo, justifica-se que se o aluno não consegue passar no vestibular não vai conseguir acompanhar as aulas ou mesmo ser um bom profissional, mas a realidade não é essa”. A professora cita pesquisas como a de Jacques Velloso que mostram o contrário.

Em estudo disponível no site <http://www.scielo.br/pdf/cp/v39n137/v39n137a14.pdf>, o pesquisador colaborador da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UNB), constata a “ausência de diferenças sistemáticas de rendimento a favor dos não-cotistas, contrariando previsões de críticos do sistema de cotas, no sentido de que este provocaria uma queda no padrão acadêmico da universidade”. A pesquisa intitulada “Cotistas e não-cotistas: rendimento de alunos da Universidade de Brasília” é de 2008 e analisou três cortes de alunos da UNB que ingressaram em vestibulares para o segundo semestre